

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/13685	20488/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação (especialidades) - Avenida Santa Ana, 36, Esporões		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 16111/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação - 1/2022/3560/0 - AVENIDA Santa Ana 36 Esporões

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/13538 de 21 de Abril de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

Despachos

- A 20/04/2026, Manuel Faria Lopes, na qualidade de Chefe Divisão de Procedimentos Urbanísticos: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 16111/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-8158

REQUERENTE: TRATAG-Polimento de Superfícies Metálicas e Tratamento de Efluentes Industriais Lda.

LOCAL DA OBRA: Avenida de Santa Ana 36, Freguesia de Esporões

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Especialidades

Informação Técnica:

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

- 1.1. A entidade requerente, através dos requerimentos registados com o n.º 2025-E-RE-29486 de 21/12/2025, apresenta os **projetos das especialidades**, relativos à obra de ampliação de edifício destinado armazém, a levar a efeito no prédio sito na Avenida de Santa Ana 36, freguesia de Esporões, que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 919/20090128, inscrito na matriz de natureza rústica sob o artigo n.º 403 e matriz de natureza urbana sob os artigos n.º 668 e n.º 774.
- 1.2. Projeto de Arquitetura aprovado por Despacho 2025-1870 (Resolução PR/2025/37544-DU-Arquitetura) de 20/11/2025 e Certidão de deliberação (Reunião de 10/12/2025) aprovado por unanimidade.
- 1.3. Apresentou através do requerimento registado com o n.º 2026-E-RE-5074 uma Junção de elementos para aperfeiçoamento do processo.

2. ANÁLISE

- 2.1. **Projeto de Arranjos Exteriores, Jardins e Arborização**
 - 2.1.1. Apresentou projeto e está corretamente instruído.
 - 2.1.2. Careceu de parecer da divisão de trânsito e mobilidade tendo colhido **parecer favorável** pela informação de 16/04/2026.
- 2.2. **Projeto de segurança contra incêndios em edifícios**
 - 2.2.1. Apresentou ficha de segurança contra incêndios em edifícios, nos termos do ponto 2) do Artigo 17.º do Dec. Lei n.º 220/2008 de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro, constituindo título bastante para efeitos de aplicação do Dec. Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual.
 - 2.2.2. A FSCIE careceu ainda de parecer efetuado pela Divisão de Proteção Civil - DPC tendo a mesma colhido **parecer favorável** pela informação de 13/04/2026
- 2.3. **Operação urbanística com impacte relevante ou impacte semelhante a uma operação de loteamento?**
 - 2.3.1. Não (nos termos do Artigo B-1/29.º do Código Regulamentar do Município de Braga - Regulamento n.º 973/2016 de 26 de outubro).
- 2.4. **Outros**
 - 2.4.1. A declaração de responsabilidade dos autores dos projetos, nos termos do n.º 8 do Artigo 20.º do Dec. Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, no que diz respeito aos projetos de especialidades, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

3. PROPOSTA



- 3.1. Face ao atrás exposto, constata-se que o presente pedido **se encontra corretamente instruído.**
- 3.2. Após informação superior e despacho, a entidade requerente deverá ser notificada para, no prazo máximo de 1 (um) ano, entregar os elementos para **pagamento das taxas e emissão do respetivo recibo que titula a operação urbanística** constantes do n.º 21, capítulo III, do anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.
- 3.3. Dever-se-á informar, ainda, que nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença

4. CONDICIONAMENTOS GERAIS

- 4.1. As intervenções no domínio público deverão observar as seguintes condições:
 - 4.1.1. Existindo postes/armários de redes de energia elétrica ou de telecomunicações cuja implantação se encontra afetada pelos alinhamentos projetados pela presente operação urbanística, compete ao requerente diligenciar a realocação dos mesmos junto das entidades competentes.
 - 4.1.2. Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do requerente a repavimentação arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura.
- 4.2. Cumprimento em obra, do disposto no Dec. Lei n.º 220/08, de 12 de novembro, relativamente à segurança contra o risco de incêndio, nomeadamente no que respeita às classes de resistência e reação ao fogo dos elementos e materiais de construção.
- 4.3. Cumprimento em obra dos requisitos previstos no Dec. Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro para a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), bem como, efetuar e manter o registo de dados dos resíduos de construção e demolição (RCD), conjuntamente com o livro de obra, de acordo com o modelo publicitado no sítio da internet da ANR – Autoridade Nacional de Resíduos.
- 4.4. Cumprimento em obra, do disposto no Decreto-Lei n.º 90/2021 de 5 de novembro, relativamente à declaração da verificação da resistência à compressão do betão, a que se refere o n.º 6 do artigo 8.º, conforme modelo disponibilizado pelo LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, constante em anexo ao referido diploma.

5. COMUNICAÇÃO DE INICIO DE TRABALHOS DE OBRAS PRECEDIDAS DE CONTROLO PRÉVIO

- 5.1. De acordo com o Artigo 80.º-A do Dec. Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até cinco dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, nos termos do ponto n.º 30, do Capítulo VI, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

DU - DPU [GP8]

George Cardoso

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

